Conselho Nacional de Justiça

Memória de Reunião

COMISSÃO PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INRAESTRUTURA

Data	Horário	Local
6/4/2016	10h	2º andar – Sala de Reuniões da Presidência II (213)

Participantes (presencial)	Telefone/e-mail
Gustavo Tadeu Alkmim – Conselheiro CNJ, Presidente da Comissão	(61) 2326-4904 gustavo.alkmim@cnj.jus.br
Fernando Cesar Baptista de Mattos - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4903 fernando.mattos@cnj.jus.br
Bruno Ronchetti de Castro - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4962 bruno.ronchetti@cnj.jus.br
Carlos Augusto de Barros Levenhagen – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4579 carlos.levenhagen@cnj.jus.br
Norberto Campelo – Conselheiro CNJ, Convidado	(61) 2326-4585 norberto.campelo@cnj.jus.br
Bráulio Gabriel Gusmão – Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ	(61) 2326-4754 braulio.gusmao@cnj.jus.br
Fabyano Prestes – Diretor Geral do CNJ	(61) 2326-4925 fabyano.prestes@cnj.jus.br
Marcelo Lauriano Lúcio – Diretor de Departamento	(61) 2326-5318 marcelo.lauriano@cnj.jus.br

Pauta - Considerações – Deliberações

6ª Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

I – Considerações iniciais

O Presidente da Comissão abriu a reunião e logo passou a palavra ao Diretor Geral do CNJ.

II – Tópicos discutidos

1. Demandas do DTI.

1.1. Análise da situação orçamentária da Ação de Modernização e do PJe
1.2. Deliberação sobre o uso de recursos da Ação do PJe para a compra de produtos;
1.3. Deliberação sobre os projetos de aquisições e de contratações a serem executados na Ação de Modernização e do PJe em 2016;

O Diretor-Geral do CNJ apresentou Parecer conjunto entre a Diretoria Geral e o Departamento de Tecnologia da Informação sobre remanejamento de dotações orçamentárias do CNJ e aplicação dos recursos disponíveis, notadamente para investimentos de TIC internos ao Conselho, bem como o pagamento de despesas contratuais, em especial com a prestação de serviços terceirizados, inclusive o de desenvolvimento e de sustentação de software.

O Diretor de Tecnologia e Informação destacou que, apesar do remanejamento orçamentário pretendido, haverá continuidade de 4 projetos relacionados à modernização da tecnologia da informação dos tribunais, os quais constaram da nota técnica emitida.

A Comissão aprovou a Nota Técnica nº 01/SOF/DG/DTI da Diretoria Geral e do Departamento de Tecnologia da Informação para remanejar R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) da ação de Modernização dos Tribunais, para despesas correntes e de capital

especificadas, conforme ações ali relacionadas.

Ficou igualmente aprovada a possibilidade de remanejamento de R$ 947.490,79 (novecentos e quarenta e sete mil quatrocentos e noventa reais e setenta e nove centavos) para a conta do CNJ para execução das ações relativas ao PJe e a permissão para a compra de produtos de TIC relacionados a essas ações.

Quanto ao convênio a ser celebrado entre o CNJ e os tribunais, para repasse de valores, o Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão elaborará e enviará a minuta do ato por e-mail aos Conselheiros, para análise.

2. Processos do PJe destinados à Comissão de TI.

A Comissão deliberou pelo encaminhamento dos processos do PJe encaminhados ao Presidente da Comissão (Comissão 0005762-02.2015.2.00.0000; Consulta 0005233-17.2014.2.00.0000; Comissão 0001041-70.2016.2.00.0000), ao Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão, para emissão de parecer.

3. Gravação audiovisual de audiências e videoconferências

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão propôs a alteração do art. 1º da Resolução CNJ nº 105/2010, para que conste a possibilidade de o CNJ também dispor de sistemas eletrônicos de gravação dos depoimentos e de realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência.

A proposta foi aprovada pelos membros da Comissão e o Presidente da Comissão deverá apresentar a minuta de resolução ao plenário do CNJ.

4. Alteração da Resolução CNJ nº 185/2013 – temas discutidos na reunião do Comitê Gestor Nacional do PJe, ocorrida em 8/3/2016

A Comissão aprovou a alteração da Resolução CNJ nº 185/2013, tal como anteriormente aprovada pelo Comitê Gestor Nacional do PJe. O Presidente da Comissão deverá apresentar a minuta de resolução ao plenário do CNJ.

5. Assuntos Gerais

O Presidente da Comissão vai responder ao e-mail enviado pela advogada Deborah Prates para avisar que sua solicitação será encaminhada à área técnica, para análise, e posteriormente será respondida em definitivo. O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão apresentará parecer sobre o assunto.